

partilha igualitária do património, o que não era de regra na família de lavradores, e as concepções acerca da família, do casamento e do divórcio.

De qualquer modo, a autora deixa claro que as famílias pluriactivas, tal como as famílias de lavradores, de caseiros ou de camponeses parciais de outrora, inscrevem-se numa dinâmica instrumental e familiarista. Porém, adopta processos de inclusão mais flexíveis, de exclusão mais precoces, estratégias educativas mais centradas na disciplina do que na motivação e comportamentos mais igualitários logo que se trata da partilha do património.

O leitor encontrará ainda, numa perspectiva comparativa, nas *Famílias no Campo. Passado e Presente em Duas Freguesias do Baixo Minho* uma leitura particularmente bem informada sobre os principais elementos que constituem o processo de transformação sócio-histórica do contexto social envolvente e, correlativamente, das várias configurações de famílias oriundas dos diversos grupos sociais que as compõem. Contudo, é importante realçar que, contrariamente às sociologias que insistem sobretudo nos determinismos sociais para explicarem o comportamento dos actores, K. Wall põe também em destaque uma outra dimensão que consiste em evidenciar os efeitos da acção dos actores sobre a própria realidade social em que estão envolvidos, ainda que nem todos participem igualmente neste processo. Por exemplo, as famílias dos lavradores, as de uma nova burguesia técnica e de enquadramento, que tendem a aumentar

nestes meios, e os notáveis locais, que vêm hoje de universos mais diversificados do que os de antigamente, têm uma capacidade de intervenção social mais abrangente, quando equacionada com a dos grupos dos jornaleiros ou dos operários no sector industrial.

É então altura para dizer que o estilo e o tom desta obra realçam a autoridade intelectual da autora, a qual consegue articular uma discussão científica com um certo didactismo, que se manifesta no modo como se dirige ao leitor num tom claro e susceptível de despertar o interesse tando dos iniciados como dos estranhos a este tipo de problemáticas. Tudo isto tem a vantagem de tornar o texto particularmente vivo e de evitar, tanto quanto possível, um estilo de vocabulário extremamente técnico e isotérico.

BIBLIOGRAFIA

- DE CERTEAU, M., (1990), *L'invention du quotidien. Arts de faire*, Paris, Ed. Gallimard (coll. «Folio essais»).
- DE SINGLY, F. (1996), *Le soi, le couple et la famille*, Paris, Nathan.

MARIA ENGRÁCIA LEANDRO

João Esteves, As Origens do Sufragismo Português, Lisboa, Bizâncio, 1998.

Foi com a maior curiosidade e interesse que comecei a leitura de *As*

Origens do Sufragismo Português de João Esteves. O tema não me é estranho, toca-me e já trabalhei sobre ele. Espicacou-me também o facto de o autor-investigador ser um professor de História do secundário que já publicou um trabalho sobre a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e tem outros trabalhos em preparação sobre associações de mulheres da época e sobre algumas das suas protagonistas. O que leva a crer tratar-se de alguém especialmente interessado no tema e com uma visão simultaneamente global e aprofundada da problemática do sufragismo português, que, embora contemporâneo do sufragismo europeu e ocidental e influenciado por este, não deixa de ter especificidades ligadas à cultura e à história portuguesas.

Comecei pelos documentos e bibliografia. Verifiquei que, além de nos oferecer o acesso em casa, na íntegra, a certos documentos relevantes sobre aquelas feministas e a sua época (o início deste século), existe já uma maior disponibilidade de muitas fontes que há uns anos estavam indisponíveis. Hoje é, de facto, possível, sem ter de fazer o trabalho de prospecção difícil e incerto, fazer uma história das mulheres portuguesas neste século, tanto das militantes como de outras intelectuais, artistas e profissionais, e provavelmente das operárias que, desde o fim do século passado, marcaram a nossa história social, política e cultural com marcas indeléveis. Para mim foi a primeira boa notícia deste livro.

Antes de tomar o peso e o interesse desta obra houve um momento de desilusão. Na pressa de me encontrar com uma perspectiva mais fundamentada sobre as origens do sufragismo português, não dera a devida atenção à p. 14 da «Introdução», onde o autor nos revela os seus propósitos, que estão, aliás, expressos, em subtítulo, na terceira menção que esta edição faz ao título. Com efeito, aí se acrescenta o subtítulo fundamental e esclarecedor: *A Primeira Organização Sufragista Portuguesa: a Associação de Propaganda Feminista (1911-1918)*. Trata-se, pois, de «retratar a organização que primeiramente se assumiu como sufragista, perspectivando-a dentro dos acontecimentos políticos subsequentes à implantação da República».

O retrato é, de facto, parecido com o original. O autor desenvolve no seu livro o conteúdo do conjunto sólido e coerente de fontes que consultou relativamente àquela associação (APF) e às suas protagonistas, assim como relativamente às relações que se foram estabelecendo com outras organizações de mulheres e com a sociedade, nomeadamente no que respeita ao voto feminino, mas não só. Começa por analisar as causas da fundação da APF, referindo a polémica entre Ana de Castro Osório e Maria Veleda. Polémica que deixa uma impressão curiosa e ambivalente através de algumas cartas que a segunda escreve à primeira, como se depois desse litígio a relação entre elas não tivesse sofrido

alterações. Fruto em parte do tipo de educação das senhoras da época, penso que também pode deduzir-se que, embora «desavindas» no mundo profano, elas mantinham a sua colaboração no mundo maçónico, como o indicam algumas alusões. O livro descreve em seguida a fundação da APF, apresenta-nos as suas fundadoras e os seus objectivos, que «correspondiam, afinal, à lógica natural de qualquer organização feminina».

O capítulo mais denso, mais problemático, mas também mais sucinto e menos questionado, trata da relação entre os republicanos e as feministas, nomeadamente as da APF. Não se tenta analisar e explicitar o que se passava entre eles e elas dentro e fora da maçonaria, apesar de ser público. Afinal, se em Setembro de 1913, como ali se escreve, a APF se distancia dos partidos políticos, seria bom lembrar que isso coincide com a retirada pelos republicanos *maçons* dos direitos iguais que as mulheres gozavam na maçonaria.

Enfim, este livro conta-nos pormenorizadamente a história do voto de Carolina Beatriz Ângelo e do seu enorme eco na imprensa portuguesa e nas organizações congéneres estrangeiras.

Ouros capítulos tratam das posições da APF em temas femininos variados e da sua participação em acções iniciadas, por vezes, noutros agrupamentos de mulheres. As acções mais notórias e originais são duas. Uma contra a pena de Maria Fermiana, condenada ao degredo em Luanda por vinte anos, acusada de

ter morto um homem casado que tentou por várias vezes assediá-la. Sem defensores próprios no julgamento, nenhuma atenuante fora considerada. A segunda refere-se à participação de Portugal na guerra, que as feministas portuguesas, em geral, e não só as da APF, apoiaram, actuando em consequência. Esta posição diverge da da maioria das associações estrangeiras congéneres, que preferiram defender uma posição pacifista.

Ao contrário de posições anteriores arrojadas, Ana de Castro Osório, neste seu empenhamento, esquecerá todas as suas lutas para se limitar à «defesa da Pátria e da Raça». Em 1916, a dirigente feminista e outras militantes da APF fundam a Cruzada das Mulheres Portuguesas com o objectivo de melhor apoiarem a intervenção na guerra e que será uma espécie de efémero contraponto ao Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. O capítulo dedicado a esta questão é o único que fala de Adelaide Cabete, que, em 1914, tinha fundado aquele Conselho, que se tornara o centro mobilizador das feministas. Mas Cabete surge como se só a partir daí a sua acção como feminista tivesse visibilidade.

Nos dois últimos capítulos João Esteves fala-nos das sócias-militantes da APF e da imprensa que esta associação criou. O jornal *A Semeadora*, o que dura mais tempo, faz a prova do interesse do público pelas questões das mulheres numa época em que elas não tinham praticamente outra

forma de intervenção pública e em que a sociedade lhes recusava uma presença cívica e política igualitária.

Este livro contribui para a compilação e explanação dos elementos que há muito faltavam e tardavam, como suponho que virá a fazê-lo o conjunto dos trabalhos que o autor tem em curso e que anuncia. Só assim poderemos ter uma ideia do que realmente se passou então, e de repente temos pena de que tenhamos deixado de interrogar antes da sua morte algumas mulheres militantes contemporâneas dos factos e que poderiam ter contribuído para uma compreensão mais próxima do real da época e menos sujeita às nossas próprias vivências.

Apesar, pois, do aplauso global pela obra de João Esteves, gostaria de discutir alguns pontos. Com efeito, embora o subtítulo dê ao trabalho a sua dimensão e que o autor não deixa de cumprir, pergunto-me se podemos, sob o título genérico do livro, limitar-nos à APF. Várias razões me levam a pôr a questão.

A primeira é o facto de se chamar àquela associação a primeira que se assumiu como sufragista. O próprio autor nos diz que, embora Maria Veleda, que dirigia a Liga Republicana em 1911, tivesse ainda em 1910 tomado posições públicas que a davam quase como anti-sufragista, a luta pelo voto vinha detrás, foi encaabeçado pela Liga e integrava desde o início as suas reivindicações. Aliás, também ficamos a saber que a decisão de Carolina Beatriz Ângelo pedir a sua inscrição nos cadernos eleito-

rais foi tomada na Liga, tendo mesmo essa inscrição já sido conseguida quando a APF se constituiu.

Em meu entender, a compreensão de todo o movimento das intelectuais feministas portuguesas desde o início do século (para não falarmos de Angelina Vidal, por exemplo) precisa de passar por duas mulheres, uma das quais é silenciada neste livro: Adelaide Cabete e Ana de Castro Osório. O corte metodológico que o autor, com toda a legitimidade, faz no conjunto do seu trabalho justifica, é claro, que esteja praticamente ausente deste livro a primeira dessas mulheres. Mas a luta política passa claramente por elas e pelas suas relações com os republicanos no interior da maçonaria. Evitar isso é abster-se de se servir de uma, em meu entender a mais importante, das chaves do problema.

Elina Guimarães, nascida em 1904, jurista e feminista militante até ao fim da sua vida, que nunca pertenceu nem quis pertencer à maçonaria e se considerava sufragista desde os 6 anos de idade, pensava que o maior erro da República fora não ter dado os direitos políticos, nomeadamente o voto, às mulheres. Escrevia em 1979 sobre aquelas duas mulheres: «Ana de Castro Osório vinha de uma família de juristas e teria sido óptima jurista se a época lhe tivesse permitido tais estudos. Mesmo assim, conhecia a lei. A sua acção de jornalista no estudo da condição feminina foi vasta e profunda. Eu não teria a imodéstia de dizer que a tentei

continuar se ela própria não mo tivesse dito [...] Adelaide Cabete [foi] a mulher mais admirável que me foi dado conhecer [...].»

Mas estas duas mulheres, ambas com clara capacidade de liderança, não conseguiram permanecer juntas. É também Elina Guimarães quem diz que a zanga entre elas foi o que de pior aconteceu ao feminismo e sufragismo portugueses.

Por detrás desta desavença estão dois pontos que marcaram de forma decisiva esta questão na época. Por um lado, a forma como Ana de Castro Osório viveu pessoalmente a menoridade política com que os republicanos e *maçons* trataram as suas companheiras após a implantação da República e que penso que explica que os seus escritos feministas até 1911-1912 não tenham comparação com os textos paternalistas e moles dos anos 20. O seu relatório das actividades da Cruzada das Mulheres Portuguesas desse ano é significativo se o comparamos com a ousadia e virulência de «Resposta ao Germinal». Mas talvez ela tenha profetizado esse seu percurso descendente em combatividade, percutância e ideais quando se perguntava anos antes se «se pode ter uma consciência política quando não se tem direitos políticos». Penso que foi exactamente o que se passou com ela e que há que ter em conta, tanto mais quanto, na história da maçonaria feminina da época, as mulheres portuguesas que eram membros tiveram, na organização, entre 1907 e 1913, direitos iguais aos homens nomeada-

mente de voto. Conquista então única no mundo. Claro que isto é uma interpretação que talvez João Esteves possa confrontar quando escrever a biografia desta mulher, sem dúvida a mais brilhante teórica, mas também a pena feminista mais ousada de todos os tempos em Portugal e precursora na Europa (cf. Esteves, Tavares da Silva, Couto-Potache e Belo) cujos escritos, como diz o autor, mereciam há muito uma compilação e publicação.

Outra foi a atitude política global de Adelaide Cabete, bem mais coerente com as teorias feministas e sufragistas que ambas defendiam. A crer, aliás, em Elina Guimarães, em 1914, quando Adelaide Cabete formou o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, foi esta associação que passou a representar a Aliança Internacional para o Sufrágio Feminino, de que a APF foi a primeira representante. Ouso, assim, interpretar o facto que João Esteves aponta no seu livro ao assinalar, desde a Introdução, as «dificuldades de implantação e acesso à imprensa (da APF), apesar do prestígio e influência da Ana de Castro Osório, unanimemente reconhecidos na época [...] não se traduzindo esse carisma numa maior mobilização de mulheres em torno da APF, que nunca conseguiu granjear número significativo de aderentes».

Porquê Ana de Castro Osório, apesar do seu indiscutível carisma intelectual, terá sido incapaz de agregar outras mulheres? É minha opinião que no seu percurso e nas suas relações com Cabete, mas também

com muitas outras mulheres, ela foi desservida por uma ambição ou susceptibilidade pessoal que não se coadunava com uma luta política necessariamente pouco gloriosa. É, por exemplo, curioso que tenha tentado, como faz notar João Esteves, inscrever-se também como eleitora em 1911. Teria sido, provavelmente, impossível manter essa demanda em tribunal, já que o juiz sorteado era seu pai. Mas, de qualquer modo, sendo casada, o argumento legal de ser chefe de família e que serviu Carolina Ângelo não se lhe aplicava.

Creio, pois, que a cisão com a Liga Republicana, que deu origem à APF, foi, provavelmente, mais marcada por razões pessoais de temperamento do que pelas razões políticas que as suas fundadoras apontaram. Assim se explica, com efeito, que o argumento, bem interessante e actual então e agora, que invoca a união das mulheres para além das suas ideologias ou religiões e que deveria ter trazido novas adesões à nova associação não tenha conseguido esse objectivo.

Mas há outro ponto. Na luta das mulheres pela participação política tem havido e continua a haver, embora nos anos 90 menos explícito, um desencontro entre mulheres que têm um poder político de partido ou de Estado e mulheres feministas. Organizando regularmente encontros, sempre falhados nos seus objectivos mesmo antes de começarem, em geral sob o título de socialismo e feminismo, cada um dos grupos parece incapaz de abandonar as suas posições a favor de uma estratégia de

unidade. As feministas não desistem da pureza sem concessões da sua luta teórica e quotidiana; as mulheres políticas não desistem das suas conquistas pragmáticas, duramente adquiridas, por vezes ao longo de uma vida, e que se mantiveram estritamente individuais (até aos anos 90, altura em que a participação no Parlamento Europeu, com a sua especificidade, levou à descoberta de estratégias completamente diferentes). De certa forma, Ana de Castro Osório e Adelaide Cabete confrontaram-se com essas questões e trataram-nas diferentemente.

João Esteves lembra que seria em 1931, com Salazar, que o voto seria atribuído às mulheres, a certas mulheres. E que em 1935 três mulheres eleitas nas listas do partido único, tomariam posse como deputadas à Assembleia Nacional duas das quais haviam estado próximas dos movimentos feministas. Foi o ano que o destino encontrou para a morte daquelas duas notáveis líderes feministas.

Este livro alcança os objectivos do seu subtítulo. É inquestionável quanto à quantidade de fontes e sua apresentação e imensamente útil para o estudo destas questões. Sobretudo enquadrado no conjunto da obra do autor, a já feita e a que, em curso, ele nos promete. Mas, se nos limitarmos ao título, não podemos deixar de nos sentir um pouco frustrados. O sufrágio português começou bem antes de 1911 e as suas origens, o seu percurso, desenvolvimento e vicissitudes são bem mais complexos do que esta

obra nos deixa adivinhar. Aqui apenas tentámos apontar aspectos dessa complexidade.

MARIA BELO

Jean-Claude Kaufmann, La femme seule et le prince charmant. Enquête sur la vie en solo, Paris, Éd. Nathan, col. «Essais & recherches», 1999, 208 páginas.

Tem sido relevante nas últimas duas décadas o aumento de núcleos residenciais de pessoas sós, sobretudo mulheres que vivem sozinhas de forma definitiva ou por períodos da sua trajectória de vida. O *dossier* apresentado em anexo ao livro reúne dados sobre este fenómeno na Europa. Portugal, por exemplo, registava, por volta de 1950, 8% de núcleos de uma pessoa, passando para 10% em 1970, e, segundo dados de 1993-1994, esses núcleos representavam 14%. Nessa data os valores mais significativos registam-se na Dinamarca (45%), na RFA (34%) e na Holanda (32%). No total europeu, os núcleos de pessoas sós representavam, em 1990-1991, 26% do total dos grupos domésticos, ou seja, uma pessoa em cada quatro vivia *a solo*. Para além da população idosa, hoje em dia surgem núcleos de mulheres sós, jovens, vivendo em meios urbanos, entre os 20 e os 29 anos, no início de uma carreira profissional.

Para tal contribuíram, entre outros factores, o prolongamento dos

estudos, o adiamento do projecto conjugal em favor da carreira profissional e a centralidade do *indivíduo* como valor nas sociedades modernas. Surgem novas formas de celibato, *trajectórias autónomas*, para alguns procuradas, para outros impostas, como uma nova forma de vida. Segundo Jean-Claude Kaufmann, este novo modelo de vida *fora da conjugalidade* é, apesar de ainda os actores não estarem disso conscientes, «revolucionário e subversivo», porque portador de novos valores; põe em causa, nomeadamente, a estrutura básica do edifício social, a família.

O autor de *La femme seule et le prince charmant*, depois de ter tratado nos últimos anos a questão da solidão e da vida fora da conjugalidade¹, aborda nesta obra alguns modos de vida femininos *a solo*, identificando diferentes trajectórias e estratégias face ao modelo dominante da mulher *dedicada* ao «marido, lar e bebé».

Escrita de uma forma romancesca, a obra consegue, através da narrativa de uma história (feita de muitas histórias), mostrar várias facetas, vários rostos de mulheres sozinhas,

¹ J. C. Kaufmann, *Célibat, ménages d'une personne, isolement, solitude. Un état des savoirs*, Bruxelas, Comissão das Comunidades Europeias, 1993, «Vie hors couple, isolement et lien social. Figures de l'inscription relationnelle», in *Revue française de sociologie*, vol. xxxv, n.º 4, 1994, «Trois contextes sociaux de l'isolement», in *Revue française des affaires sociales*, n.º 2, 1994, «Les cadres sociaux de solitude», in *Sciences sociales et santé*, vol. 13, n.º 1, 1995, e «Isolement choisi, isolement subi», in *Dialogue*, n.º 129, 1995.